

TEXTO DE CONJUNTURA

O Governo Fernando Henrique Cardoso confirma seu caráter anti-popular, anti-nacional e autoritário em cada uma das suas ações: nas reformas que impõe, nas políticas públicas e na relação com o Congresso e com a sociedade. É um governo que aglutinou uma grande unidade das elites em torno do projeto que amplia a exclusão social, destroi os serviços e o patrimônio público e insere o Brasil no mercado internacional de forma subalterna: o projeto neo-liberal.

Trata-se por outro lado de um governo com grande articulação com a mídia, através do monopólio da informação, FHC disputa opinião pública com o discurso travestido de **"modernidade"**, este discurso tem como principal avalista a sobrevida do Plano Real, que mesmo sem ter perspectiva de desenvolvimento social e econômico ou de atingir as verdadeiras causas da inflação, vem se mantendo a custa da recessão, desemprego, inadimplência, desindexação dos salários, arrocho, corte de verbas na saúde, educação, etc.

Este é um governo que tenta destruir os movimentos sociais, seja pela repressão ou pelo jogo de mídia que contrapõem os setores organizados com os setores excluídos, como é o caso dos petroleiros. Até o presente momento tem conseguido passar suas propostas na reforma, que nada mais são do que a repetição de uma fórmula que não deu certo em países como a Argentina, México e Bolívia.

O projeto de FHC, continua com a mesma política de destruir direitos e conquistas dos estudantes e trabalhadores. No que tange a educação presenciamos sucessivos cortes de verbas como a do Fundo Social de Emergência que retirou 2 bilhões de dólares que seriam aplicados nas escolas e universidades brasileiras. Já se faz também presente a ameaça a gratuidade de ensino através do projeto do Dep. Antônio Jorge (PPR-TO) que institui a cobrança de mensalidades nas instituições federais de ensino superior, por isso é urgente a aprovação de um projeto de LDB que garanta ensino público, gratuito, democrático e de boa qualidade para todos.

Neste momento, os movimentos sociais brigam contra as reformas de FHC, pela redistribuição de renda em nosso país, pela reforma agrária, democratização do estado, das comunicações, pelo ensino público e gratuito, da soberania nacional, etc. Ao contrário do que FHC procura passar, de que somos a favor do corporativismo, do status-quo e do estado brasileiro de hoje, nos lutamos por um estado mais democrático, uma sociedade mais igualitária e por um desenvolvimento autônomo e voltado para as maiorias excluídas hoje.

A UNE conclama a CUT, ABI, CNBB, OAB, Movimentos Populares e Partidos Políticos para fazermos do dia 11 de agosto (Dia dos Estudantes) o **"Dia Nacional de Mobilização"**, contra a reforma constitucional, contra o aumento das mensalidades escolares e por uma nova lei de mensalidades (PL-UNE), contra o exame no final do curso (prova) organizando o boicote pela garantia do ensino público com a aprovação do projeto de LDB (substitutivo Cid Saboia). A UNE conclama ainda a todas entidades e partidos comprometidos com a soberania nacional para juntos organizarmos o referendo popular sobre forma de plebiscito, para que o povo afirme sua posição sobre os golpes que vem sofrendo em seus direitos, organizando ainda um Encontro Nacional Popular e Sindical que discuta uma saída política para a crise em que vivemos, contrapondo assim o governo FHC, a reforma constitucional e o projeto neo-liberal.

Aprovado na diretoria da UNE - 8 e 9 de julho